

Exercício da Actividade Industrial

Nota Explicativa

O **Sistema da Indústria Responsável (SIR)**, aprovado pelo [decreto-Lei n.º 169/2012](#), de 1 de agosto, regula o exercício da atividade industrial. Este diploma revoga o decreto-lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro.

No presente regime de licenciamento, aplicável às actividades industriais, nos termos definidos no anexo I do diploma SIR, a tipologia dos estabelecimentos industriais é dividida em três.

Aos estabelecimentos do **tipo 1** - que se encontram sujeitos a, pelo menos, um dos seguintes regimes jurídicos: avaliação de impacte ambiental (AIA); prevenção e controlo integrados da poluição (PCIP); ou prevenção de acidentes graves (PAG) que envolvam substâncias perigosas -, aplica-se um **regime de autorização prévia**, que pode assumir as modalidades de autorização prévia individualizada ou de autorização prévia padronizada, que culmina na atribuição de uma licença de exploração.

Aos estabelecimentos do **tipo 2** - de menor grau de risco ambiental e média dimensão (que se encontrem abrangidos por, pelo menos uma das seguintes circunstâncias; potência eléctrica contratada superior a 99 kVA; potência térmica superior a 12×10^6 kJ/h e número de trabalhadores superior a 20; necessidade de obtenção de títulos de emissão de gases com efeito de estufa (TEGEE) ou necessidade obtenção de alvará ou parecer de gestão de resíduos perigosos (OGR))-, passam a ficar sujeitos apenas a um **regime de comunicação prévia com prazo**.

Aos estabelecimentos de **tipo 3**, no qual se incluem as empresas com 20 ou menos trabalhadores e potência térmica igual ou inferior a 12×10^6 kJ/h e potência eléctrica contratada igual ou inferior a 99 kVA, passa a aplicar-se um **regime de mera comunicação prévia**. Em termos de localização, pode ser autorizada a instalação de estabelecimento industrial a que se refere a parte 2 -A e B do anexo I ao SIR em edifício cujo alvará de utilização admita comércio ou serviços ou em prédio urbano destinado à habitação, no caso das actividades incluídas na parte 2-A, quando não exista impacto relevante no equilíbrio urbano e ambiental.

Incluem-se nas actividades previstas na Parte 2 - A do anexo I ao diploma SIR, aquelas cujo exercício tem lugar a título individual ou em microempresa até cinco

trabalhadores, em estabelecimento industrial com potência eléctrica contratada não superior a 15 kVA e potência térmica não superior a 4×10^5 kJ/h. A inclusão das actividades na presente categoria está dependente de um limite anual de produto acabado estabelecido.

As câmaras municipais territorialmente competentes na área de localização dos estabelecimentos industriais são as entidades coordenadoras no caso de actividades económicas de tipologia e limiares com menor grau de risco potencial, correspondentes aos estabelecimentos industriais do tipo 3 (incluindo atividade incluídas na parte 2-A e B do anexo I ao SIR).

Os serviços ou organismos da administração central (direções regionais de agricultura e pescas, direções regionais de economia e direção-geral de energia e geologia), são a entidade coordenadora no caso de actividades económicas correspondentes aos estabelecimentos industriais abrangidos pelos tipos 1 e 2. A determinação da entidade coordenadora no procedimento relativo ao estabelecimento industrial é feita de acordo com o quadro constante do anexo III ao diploma SIR.

A apresentação dos pedidos de instalação e alteração pode ser feita via on-line (através do site https://www.portaldaempresa.pt/CVE/Services/SIR/Simulador/LISM0100_TipoPedido.aspx), ou presencialmente junto das respectivas entidades coordenadoras de licenciamento, que permitirão aos requerentes simular e submeter os seus pedidos em alternativa à via on-line.